

## A EDUCAÇÃO FÍSICA NA DITADURA MILITAR: UMA ABORDAGEM TECNICISTA

*PHYSICAL EDUCATION IN THE MILITARY DICTATORSHIP: A TECHNICIAN APPROACH*

*LA EDUCACIÓN FÍSICA EN LA DICTADURA MILITAR: UN ABORDAJE TECNICISTA*

**Amanda Cristina de Souza Nunes**

Mestranda do curso de Pós-Graduação em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7125-1315>  
E-mail: mandikaedf@gmail.com

**Maria Elisabeth Blanck Miguel**

Doutora em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, Brasil. Pesquisadora PQ2. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2307-7791>  
E-mail: maria.elisabeth@pucpr.br

### RESUMO

O presente artigo reflete sobre a educação tecnicista e sua presença na Lei n.º 5692/71, que influenciou os currículos escolares, com destaque para a disciplina Educação Física. O interesse basilar desta lei era aumentar a eficiência produtiva no mundo do trabalho, considerando a importância da educação escolarizada para atingir as finalidades do ensino patrocinado pelo governo, cujos princípios básicos para a Educação Física eram a disciplina e o alto rendimento. O objetivo geral desta pesquisa é investigar a atuação da Educação Física na ditadura militar, influenciada pela educação tecnicista que orienta a Lei n.º 5692/71, e como a disciplina e suas concepções pedagógicas se configuraram no contexto tecnicista. A partir do método de pesquisa histórico-documental, descrevem-se as fontes documentais e legislações educacionais brasileiras do período. Segundo Silva (2009), este método de investigação da realidade pode ser usado tanto nas abordagens de natureza positivista como nas de caráter compreensivo com enfoque crítico. Nesta perspectiva, os autores Castellani Filho (2010), Saviani (2000; 2007) e Horta (2011) ressaltam a resistência docente à época, protagonista na transição democrática, pois, a evolução social e a educação concorriam para o objetivo comum do desenvolvimento nacional que possibilitava o projeto humano individual.

**Palavras-chave:** Educação Física; Educação Tecnicista; Ditadura Militar.

### ABSTRACT

This article reflects on the technicist education and its presence in the Law no. 5692/71, which influenced the school curricula, especially the Physical Education. This law basic interest was to increase the productive efficiency in the labor world, considering the importance of school education to achieve the goals of government-sponsored education, whose basic principles for Physical Education were discipline and high performance. The general objective of this research is to investigate the performance of Physical Education during the military dictatorship influenced by the technicist education that guides Law 5692/71, and how the discipline and its pedagogical conceptions were configured in the technicist context. Based on the historical-documentary research method, the documentary sources and Brazilian educational legislations of the period are described. According to Silva (2009), this method of investigating reality can be used in both positivist and comprehensive approaches with a critical focus. From this perspective, the authors Castellani Filho (2010), Saviani (2000; 2007) and Horta (2011) emphasize the resistance of teachers at the time, who were protagonists in the democratic transition, because social evolution and education contributed to the common goal of national development that enabled the individual human project.

**Keywords:** physical education; technical education; military dictatorship.

### RESUMEN

El presente artículo busca reflexionar sobre la educación técnica y su presencia en la Ley nº 5692/71, que influenció los currículos escolares, con destaque en la asignatura Educación Física. El interés básico de esa ley era aumentar la eficiencia productiva en el mundo del trabajo, considerando la importancia de la educación escolarizada para lograr las finalidades de la patrocinada por el gobierno, cuyos principios básicos, para la Educación Física, eran la disciplina y el alto rendimiento. El objetivo general de esta investigación fue estudiar el funcionamiento de la Educación Física en la dictadura militar, influenciada por la educación tecnicista que orientó la Ley 5692/71 y cómo la asignatura y sus concepciones pedagógicas se configuran en el contexto tecnicista. A partir del método de investigación histórico-documental, se describen las fuentes documentales y legislaciones educativas brasileñas del período. Segundo Silva (2009), este método de estudio de la realidad puede ser usado tanto en los abordajes de naturaleza positivista como en los de carácter comprensivo con enfoque crítico. En esta perspectiva, los autores Castellani Filho (2010), Saviani (2000, 2007) y Horta (2011) resaltan la resistencia docente en la época, protagonista en la transición democrática, pues la evolución social y la educación concurrían para el objetivo común del desarrollo nacional, que posibilitaba un proyecto humano individual.

**Palabras- clave:** Educación Física; Educación Técnica; Dictadura Militar.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo reflete sobre a educação tecnicista e sua presença na Lei n.º 5.692/71, cujo objetivo é influenciar os currículos escolares, com destaque para a disciplina de Educação Física. Abordamos fatos desde o início da industrialização no Brasil, quando se via a educação como meio de impor a ideologia do governo. O resgate desses vestígios históricos é necessário para a compreensão de como a Lei n.º 5.692/71 se estabeleceu e modificou o ensino brasileiro, especificamente à Educação Física.

A discussão da organização educacional da Educação Física na ditadura militar aborda concepções e representações sobre a disciplina, principalmente nos discursos do governo e em sua função disciplinar relativa ao ensino de 1º grau. Utilizam-se fontes como legislações educacionais brasileiras, artigos e livros. Os documentos encontrados auxiliaram a compreensão, bem como a apreciação do que a lei estabeleceu em relação à Educação Física. A pesquisa documental, a partir do materialismo-histórico, justifica-se pelas diretrizes impostas na Lei n.º 5.692/71, que direcionaram a educação tecnicista com caráter pragmático, na qual a escola, mais especificamente a Educação Física, cumpriu o papel social esperado em busca de alto rendimento, disciplina e higiene a fim de articular a preparação dos indivíduos (alunos) para o mercado de trabalho, impondo a ideologia produtivista baseada na ordem, na obediência, na competitividade e no mérito.

A partir dos acordos entre Ministério da Educação do Brasil (MEC) e United States Agency for International Development (USAID), insere-se no campo educacional a concepção educacional tecnicista. Esses acordos ocorreram pela estreita relação entre

empresários brasileiros articulados com americanos que financiaram e planejaram a execução orçamentária da educação. Tal relação se iniciou a partir da mobilização empresarial em 1959, quando da fundação do Instituto Brasileiro de Ação e Democracia (IBAD), financiado por grandes empresas nacionais e internacionais. Anos mais tarde, através de uma CPI, a Justiça determinou o fim do IBAD. Assim, em novembro de 1961, criou-se, também com investimento empresarial, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, o IPES, que se articulou com a Escola Superior de Guerra, finalizando o acordo e celebrando os acordos de financiamento da educação (LEME; BRABO, 2019).

A Lei n.º 5.692/71 traz a concepção de educação tecnicista, fixa a profissionalização compulsória para o ensino de segundo grau, coloca os meios acima do conteúdo, impõe a ideia de neutralidade e imprime a nacionalidade e a eficiência que levariam à melhor produtividade. Tal concepção de produtividade na educação se fundamenta na tendência da Teoria de Capital Humano, a partir da formulação de Theodore Schultz (1971)<sup>1</sup>, que incorporou à legislação os princípios de “máximo resultado e mínimo de dispêndio”. As principais razões da política eram o desenvolvimento socioeconômico (aumento da força de trabalho, produção e consumo) e a evolução dos conhecimentos, determinando novas técnicas de produção e formas de viver. Muitas diretrizes da Lei n.º 5.692/71 observam a preparação para o trabalho. Em seu Art. 1º, a Lei ressalta potencialidades e qualificação laborais, como também o exercício consciente da cidadania.

O lema positivista inscrito na bandeira nacional, “Ordem e Progresso”, logo se tornou sinônimo de “Segurança com Desenvolvimento”. Portanto, conduzido pelo lema, o objetivo maior do governo era o desenvolvimento econômico seguro, diante do qual a baixa produtividade do sistema de educação (evasão e repetência) significavam problema a ser removido.

Segundo Gonçalves (2011, p. 81) “A educação tecnicista foi implantada desde as séries iniciais até a pós-graduação; os documentos oficiais foram elaborados com orientação tecnicista de acordo com a Escola Superior de Guerra”. O material didático censurava muitos livros, atingindo na época o ápice da alienação educacional. Assim, a função do professor permaneceu enquanto formação fragmentada do trabalho

---

<sup>1</sup> Esta é a data da edição brasileira de: SCHULTZ, Theodore. **O capital humano**. Investimentos em educação e pesquisa. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. Traduzido da primeira edição, publicada em 1971 por *The Fress Press, A Division of The MacmillanCompany*, de Nova York, Estados Unidos da América.

pedagógico e os alunos recebiam as informações necessárias à execução do trabalho. Enfim, foi preciso moldar a escola, a educação e a Educação Física para aumentar a geração de recursos humanos para o mercado de trabalho.

A Educação Física começou a preparar o atleta, aquele que desenvolveria seu desempenho com forte “aptidão” física, preparando-o para disputas, jogos, competições. Ao mesmo tempo, procurou despertar nos estudantes um forte sentido de nacionalismo e patriotismo.

No Brasil, já na década de 1930, a Educação Física nas escolas enfatizou a higiene e o preparo do corpo. Contudo, deveria também despertar amor à pátria, à disciplina. Com a Lei n.º 5.692/71, a Educação Física e a Educação Moral e Cívica se tornaram obrigatórias nas escolas de primeiro e segundo graus, com enfoque no biologismo e no rendimento.

### **Percurso histórico da Educação Física até o período pós 1971**

Antes de falar no período pós 71, a Educação Física teve grande destaque na relação “educação e saúde”. Ao lançar sua candidatura, em 1930, Getúlio Vargas enaltecia a educação como instrumento apropriado para assegurar a valorização do homem e melhorar a condição de vida dos brasileiros do ponto de vista moral, intelectual e econômico. Paralelamente ao tema educação, o social aparecia como um dos dispositivos tutelares para a melhoria das condições de vida dos proletariados urbano e rural, bem como instrumento de nacionalização das populações de origem estrangeira nas colônias e de integração dos habitantes do interior do país.

A Educação Física, influenciada pelos moldes europeus, teve sua prática evidenciada na década de 1930, no governo Getúlio Vargas, com o propósito de desenvolver a disciplina e o patriotismo. Nacionalista, Getúlio Vargas procurou substituir o modelo econômico agrícola pelo capitalismo industrial com ênfase na indústria nacional, rejeitando interferências internacionais.

Segundo Horta (2011, p. 281)

Ao lado disso, a educação aparece no item relativo à questão social, como um dos ‘dispositivos tutelares’ para a melhoria das condições de vida do ‘proletariado urbano e rural’ e como um instrumento de nacionalização das populações de origem estrangeira nas colônias e de integração dos habitantes do interior do País.

Assim, anunciou-se um programa de reconstrução nacional, no qual a melhoria de condições de vida do proletariado se tornou campanha de defesa social através do Ministério da Instrução e Saúde Pública, com saneamento moral e físico, objetivando criar homens mais fortes para o trabalho. A partir desse contexto, a educação é o principal assunto nos discursos oficiais, evolui para um sistema educacional a serviço da política autoritária, passa a ser tratada como problema de segurança nacional, com um nexo entre educação e saúde, com ênfase na educação moral.

A esse respeito, Horta (2011, p. 282) afirma: “A partir de 1937, a Educação Física passará a ser um setor privilegiado de atuação dos militares, que pretendiam utilizá-la para a concretização da sua presença nas escolas”. Introduziram-se questões eugênicas nos discursos ideológicos da época. Em nome da segurança nacional, os militares interferiam diretamente sobre a política educacional e o desenvolvimento físico individual relacionado ao fortalecimento da raça.

O processo de industrialização iniciado em 1930, com substituições das importações, acentua-se com Juscelino Kubitschek na década de 1950, quando a classe empresarial se mobilizou, em maio de 1959, a partir do surgimento do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), conforme apontado anteriormente. Esta foi a primeira organização empresarial especificamente voltada à ação política. Sua finalidade era combater o comunismo. O IBAD era financiado por grandes empresas nacionais e internacionais, especificamente norte-americanas. Após uma CPI, a Justiça determinou a dissolução do Instituto, gerando amplas consequências no âmbito educacional. Então, empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, na tentativa de mais uma investida, articulados com outros empresários e com a Escola Superior de Guerra, criaram o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), em 29 de novembro de 1961 (SAVIANI, 2007). O IPES desenvolvia a doutrinação por meio do rádio, da televisão, de cartuns e de filmes.

Importantes eventos foram organizados pelo IPES, entre eles o Simpósio sobre a reforma da educação e o fórum *A educação que nos convém* (1964), com objetivo de discutir as linhas mestras de uma política educacional que viabilizasse o rápido desenvolvimento econômico e social do país.

Os empresários ligados ao IPES estreitaram ainda mais as relações com os Estados Unidos, celebrando acordos de financiamento da educação brasileira com a intermediação

da Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional (USAID). Nesse contexto, a partir de 31 de março de 1965, assinaram-se vários contratos de cooperação, conhecidos como acordos MEC-USAID (SAVIANI, 2007).

De acordo com Saviani (2007, p. 436):

O êxito do programa expressou-se nos números e na amplitude da abrangência. Foram utilizadas 142 bolsas de estudos mediante as quais os professores brasileiros fizeram cursos em Universidades nos Estados Unidos. E no Brasil entre 1959 e 1964, foram realizados cursos supervisionados por técnicos americanos para 864 bolsistas oriundos de todas as unidades da Federação Brasileira, que na época abrangia 21 estados, o Distrito Federal e três territórios. Pedagogicamente, a perspectiva que orientava a execução do Programa pode ser definida como tecnicista, evidenciada na ênfase nos métodos e técnicas de ensino, na projeção de livros didáticos confeccionados nos Estados Unidos e na valorização dos recursos audiovisuais que os bolsistas deveriam aprender não apenas a utilizar, mas também a produzir.

Com a industrialização consolidada, a educação foi o meio escolhido para cumprir três funções: divulgar a ideologia do sistema, reforçar a divisão da sociedade em classes e manter esta divisão (ensino para classes mais favorecidas e ensino para as classes menos favorecidas). A educação era vista como bem de produção durável (Teoria do Capital Humano). Assim, o governo formulou mudanças nas políticas educacionais com a Reforma Universitária, com o objetivo de adequar a educação aos moldes do desenvolvimento econômico. Esta teoria mostra o desenvolvimento de países como o Japão, que depois da Segunda Guerra Mundial conseguiram reconstruir suas economias em pouco tempo (SCHULTZ, 1971).

A partir da década de 60, passou-se a defender que o investimento na capacidade humana resultaria no desenvolvimento da área econômica. “A Teoria do Capital Humano, pensada por Theodore Schultz (1971), tem como base a perspectiva da economia americana que buscava uma correlação entre o investimento na formação do trabalhador e a distribuição de renda pessoal” (SILVA, 2016, p. 203).

Silva (2016, p. 203) afirma, a respeito:

No campo da Educação, a teoria de capital humano gerou a concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação. Na concepção tecnicista, propagou-se a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, chancelando a noção de que os investimentos em educação devem ser determinados pelos critérios do investimento capitalista. Nessa perspectiva, a teoria do capital humano deslocou para o âmbito individual os problemas da

inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da Educação um valor econômico.

Para regulamentar a educação segundo esse modelo econômico capitalista, criou-se a Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, da Reforma Universitária para o ensino superior. Após quinze dias, outorgou-se o Ato Institucional n.º 5 (AI5), com o intuito de reprimir, punir e extinguir qualquer iniciativa de contestação do regime.

O 'novo' ensino superior privado de perfil empresarial surgiu na medida em que as universidades públicas, sobretudo as federais, modernizadas pela Reforma Universitária de 1968, não conseguiram atender à crescente demanda de acesso. Sua expansão foi possível devido à retração do ensino público na absorção da demanda. As complexas alianças políticas que os proprietários das empresas educacionais estabeleceram com determinados atores dos poderes executivo e legislativo, nas últimas quatro décadas, possibilitaram essa multiplicação. Por sua vez, o espesso cipoal de leis, decretos, resoluções de conselhos e portarias ministeriais que se instalou no país lhes permitiu descumprir determinações legais que regulamentavam o funcionamento das instituições e/ou reverter decisões desfavoráveis aos seus interesses junto ao poder judiciário (MARTINS, 2009, p. 18).

Em seguida, instituiu-se o Decreto Lei n.º 5.692/71, e o tecnicismo se tornou notório. Na Educação Física, as manifestações esportivas adquiriram contornos disciplinares e de aptidão física. A partir do crescimento urbano e da industrialização, a adoção da pedagogia tecnicista marcada por valores e modelos empresariais passou a nortear os rumos da educação, objetivando a produtividade e a eficiência, e o objetivo da Educação Física, por meio da esportivização, era alto rendimento e disciplina.

### **Pedagogia Tecnicista na Lei 5692/71 e na Educação Física**

O movimento tecnicista veio dos Estados Unidos na metade do século 20. No Brasil, destacou-se a partir do golpe militar em 1964. Segundo Januário, Oliveira e Garcia (2012, p. 02):

Durante a década de 70, a tendência tecnicista cresceu com características próprias, passando a ser considerada a Pedagogia Oficial, sendo notória nas bibliografias adotadas nos concursos públicos para atuação no magistério, também as publicações pedagógicas tecnicistas obtiveram um aumento considerável. Apesar do volume de publicações nesta época, o debate filosófico ficou reduzido no campo educacional, debates como Skinner versus Piaget centralizavam a atenção do grupo dos professorados.

Como citado, no percurso histórico até a ditadura militar, a estreita relação de laços do Brasil com os Estados Unidos reforçou a presença de empresas internacionais em território brasileiro, adotando o modelo econômico associado-dependente. Assim, com a entrada dessas empresas internacionais, a preparação de mão de obra se associou à meta de elevação da produtividade dos sistemas escolares. Com isso, difundiram-se ideias relacionadas à organização racional do trabalho: taylorismo<sup>2</sup> e fordismo<sup>3</sup>, o enfoque sistêmico e o controle do comportamento (behaviorismo<sup>4</sup>); no campo educacional, sintetizou-se na expressão *pedagogia tecnicista*.

O taylorismo se apoia no conceito de eficiência como um dos principais critérios de avaliação dos processos produtivos, estimulando a competição entre os trabalhadores através de gratificações e promoções, embora a competitividade os submeta a homogeneização para manter o controle, a eficiência e a eficácia. O fordismo foi introduzido nas linhas de montagem e o trabalhador passou a ser responsável apenas por uma atividade. Assim, a lógica dos modelos de racionalização de produção taylorista e fordista introduziu nas relações de trabalho elementos ilusionistas e alienantes de controle social, para racionalizar o máximo de tarefas realizadas pelos trabalhadores (SILVA, 2004). Silva (2004, p. 200) explica que “O Taylorismo/Fordismo como modelos de racionalização do sistema de produção capitalista serviram como orientação para o tecnicismo aplicado à educação”.

A tendência tecnicista denotava inspiração positivista, que acreditava no progresso da sociedade sob o viés moral e cívico do empirismo, isto é, da formação de ideias e conhecimento resultantes unicamente da prática. Na Educação, a influência do positivismo se manifestou em pressupostos da Psicologia, Sociologia e da Biologia como ciências auxiliares, segundo os quais os professores deveriam priorizar a formação de hábitos de higiene e disciplina em seus trabalhos escolares, alcançando mais resultados na produção.

---

<sup>2</sup>Taylorismo foi representado por Frederick Winslow Taylor (1856-1915) nos fins do século XIX e início do século XX.

<sup>3</sup> Fordismo é outro tipo de método de racionalização do trabalho industrial, criado por Henry Ford (1863-1947) ainda no século XX, com a introdução das linhas de montagem na indústria automobilística.

<sup>4</sup>Behaviorismo, na psicologia, é a teoria e o método de investigação psicológica que procura examinar do modo mais objetivo o comportamento humano e dos animais, com ênfase nos fatos objetivos (estímulos e reações), sem recorrer à introspecção.



De acordo com Silva (2004, p. 10), o positivismo no Brasil se apresentou da seguinte maneira:

A presença do positivismo no Brasil certamente deixou marcas na constituição da organização das instituições políticas, entre elas uma cultura autoritária, a propriedade como algo sagrado, política pacifista, exaltação das datas comemorativas, educação moral e cívica. Os positivistas revelavam um profundo entusiasmo pelo processo educacional, fazendo da instituição escolar um campo de expectativas. Neste prisma, o pensamento positivista reafirmou e consolidou, para as sociedades modernas, um antigo mito: o do demiurgo educacional.

A influência social da época determinou as ações do Estado. Sendo assim, a Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971) tinha como finalidade a preparação para o trabalho, objetivando maior produtividade, como motivação e expectativa social que traria maior desenvolvimento socioeconômico (preparando a força de trabalho e o consumo).

Na Educação Física, o tecnicismo se estabeleceu por meio do que ficou conhecido como aptidão física, a capacidade de atingir as potencialidades e a qualificação para o trabalho determinadas pela Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971). A disciplina exerceu papel de promover mais desenvolvimento e eficiência produtiva para o mundo do trabalho, de modo que as premissas da tecnização patrocinada pelo governo eram a disciplinarização, a normatização, o alto rendimento e a eficácia. Tais pressupostos seguiriam orientação pelo alinhamento do país, embasada no desenvolvimento associado ao capital internacional, pois, essa concepção defendia a tese estrutural que incluía a educação em geral no âmbito do trabalho, em que era especialmente relevante a Educação Física (OLIVEIRA, 2004).

A disciplina se tornou obrigatória nos currículos pelo Decreto-Lei 6.4950/71:

**Art. 1º.** A educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

**Art. 2º.** A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino (BRASIL, 1971, [n.p.]).

O Decreto-Lei citado impôs padrões de referência para a prática da atividade na Educação Física escolar, caracterizando a esportivização da Educação Física, cujo objetivo

seria aprimorar as forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, excluindo aqueles que ainda estariam em processo de aquisição desses objetivos, formando assim um “homem ideal” para a educação nacional. Na realidade, uma pedagogia da exclusão.

### **Tendência Tecnícista na Educação Física**

A Educação Física passou por algumas tendências em sua formação pedagógica. Antes de 1930, era influenciada pela medicina e a eugenia que caracterizavam a tendência higienista; de 1930 a 1945 predominou a tendência militarista, expressamente biologista, em que o professor avaliava os alunos de forma homogênea; de 1945 a 1964, a Educação Física passa a ser um dos componentes das questões pedagógicas na escola, quando se inicia a prática pedagógica, já no curso de formação. Desta forma:

A Educação Física brasileira parecia caminhar a largos passos para uma boa utilização de seus métodos, passando a vogar em prol da discussão teórica educacional, porém, havia em seu caminho um empecilho que lhe proporcionou uma vertiginosa queda de volta ao biologicismo: a ditadura militar (FERREIRA; SAMPAIO, 2013, p. 01).

A Educação Física, embora um dos mecanismos para alavancar o crescimento econômico do Brasil — por conta de suas origens médicas, eugênicas militaristas, que suscitavam os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade — ainda não tinha identidade definida.

Castellani Filho ressalta que esse novo contexto fazia a Educação Física continuar a representar “papéis”, sem criar uma identidade vivida, visto que foram muitas modificações existenciais e substanciais em seus traços (médica, eugênica e militarista), que alteraram sua participação em seu percurso histórico (CASTELLANI FILHO, 2010).

Em relação ao período pós 71, Saviani informa que a pedagogia tecnicista buscou planejar a educação por um modelo de organização racional, diminuindo as interferências que colocassem em risco sua eficiência. Portanto, o processo se tornou mecanizado, com propostas pedagógicas em um enfoque sistêmico, a exemplo do micro-ensino, do tele-ensino, da instrução programada e das máquinas de ensinar. Originou-se a padronização do sistema de ensino, em que diferentes modalidades de disciplinas e práticas pedagógicas deveriam partir de um esquema de planejamento (SAVIANI, 2000).

A prática da Educação Física escolar assumiu identidade como disciplina de alto rendimento, disciplinadora, essencialmente esportivista, prevalecendo o desenvolvimento biofisiológico da saúde, tal como estabelece o Decreto-Lei 6.251/75, que instituiu normas para o desporto, conforme expresso a seguir:

Art. 5º O Poder Executivo definirá a Política Nacional de Educação Física e Desportos, com os seguintes objetivos básicos:

- I - Aprimoramento da aptidão física da população;
  - II - Elevação do nível dos desportos em todas as áreas;
  - III - Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
  - IV - Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;
  - V - Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer
- (BRASIL, 1975, [n.p.]).

No discurso, o governo militar propunha transformar o Brasil em uma potência esportiva. Sendo assim, o principal foco para difundir o desporto como lazer era a formação de atletas. Na década de 1970, o sucesso do futebol brasileiro abriu portas para outros esportes. Castellani Filho (2010, p. 91) ressalta os sentimentos dos brasileiros em uma época de opressão disfarçada na alegria do esporte:

No que diz respeito ao Esporte, sua capacidade de catarse, de canalizar em torno de si, para seu universo mágico, os anseios, esperanças e frustrações dos brasileiros, foi imensamente explorada. A lembrança dos ‘... Noventa milhões em ação, prá frente Brasil, salve a Seleção!’, numa verdadeira ode à ‘corrente prá frente’, ainda está bastante, e hoje dolorosamente, viva 17 anos passados - em nossas mentes e nossos corações, pois, foi na esteira desses hinos ufanistas - apologistas de uma postura cívica exacerbadamente alienada, patológica - que vieram os odientos crimes políticos cometidos, voluptuosamente, pelos aparelhos repressivos - estatais e paraestatais - num ritmo e forma poucas vezes presenciados na história política da sociedade brasileira.

A Educação Física e o esporte corresponderam, além das questões de “Desenvolvimento”, às expectativas dos governantes relativas à “Segurança”, segundo o “Desenvolvimento com Segurança”, por meio da Doutrina de Segurança Nacional. Então, começou se estruturar o movimento “Esporte para Todos”, como uma educação por meio do esporte permanente. Isto encontrou um campo vasto para propagação no país, por ser iniciativa que alcançava classes menos favorecidas da sociedade, tornando-se essencial para suprir as necessidades do governo, pois, a ideia foi significativa para melhoria da

qualidade de vida do povo brasileiro (CASTELLANI FILHO, 2010). O movimento foi um dos mecanismos usados pelo governo para implantar o tecnicismo em todas as classes, utilizando o esporte para atingir o crescimento econômico do país e mascarar o desenvolvimento da sociedade brasileira através do desporto técnico de alto rendimento, excluindo a cultura corporal e construindo um sistema produtivo na sociedade, interessado no rendimento, no resultado, no produto, na mercadoria e no lucro.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os passos dados pela Educação Física na história educacional brasileira não foram isolados, embora a disciplina, até a década de 1970, ainda não tivesse definido seu papel escolar. A abordagem tecnicista da Educação Física escolar, por meio da esportivização, auxiliou o desenvolvimento econômico do país, porquanto o esporte, cuja função deveria ser integradora, de construir conhecimento corporal e habilitar melhor coordenação motora dos estudantes, passou a objetivar o rendimento e a técnica. Era através desses objetivos que se alcançaria disciplina, eficiência e produtividade; no entanto, esses foram pilares na construção da identidade curricular, mesmo com uma pedagogia tecnicista imposta de cima para baixo. A abordagem esportivista com base no tecnicismo foi, sem dúvida, mais um elemento para a formação das concepções pedagógicas da Educação Física. Porém, como já citado, essa esportivização tinha objetivos inerentes às concepções pedagógicas das décadas de 1950 e 1960, que pressupunham neutralidade científica, desvinculavam a prática da teoria e excluía a prática inspirada na compreensão da realidade. A educação física, tomada por essa onda de esportivização, começou a preparar o atleta, aquele que desenvolve a performance com forte “aptidão” física: para disputas, jogos, competição. Ao mesmo tempo, buscando despertar nos estudantes um forte sentido de nacionalismo e patriotismo.

Percebem-se os componentes higienista e militarista da Educação Física na construção do objetivo principal da disciplina, que é a cultura corporal do movimento. Entretanto, sua função de ensinar e aprender a corporeidade (conhecer o seu corpo e dos demais) foi modificada para atender demandas políticas e econômicas, em detrimento de valores importantes à construção pessoal dos alunos.

Esses interesses políticos e econômicos induziram uma limitada evolução segundo a qual educar-se somente contribui para o desenvolvimento econômico do país.

Entretanto, a corporeidade e a cultura corporal do movimento podem proporcionar uma nova compreensão do ser humano, fazendo prevalecer a sensibilidade ao corpo-máquina (disciplina e obediência), para a percepção do corpo em movimento por completo (motor e psicomotor).

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Eraldo Leme; Lima, Marcos Roberto. Dermeval Saviani – compromisso e luta por uma pedagogia para além do capital. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 53, p. 391-402, out. 2013. DOI <https://doi.org/10.20396/rho.v13i53.8640211>

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 6377, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>. Acesso em: 9 set. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 13460, 8 out. 1975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6251-8-outubro-1975-357712-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 9 set. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 69.450, de 1º de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 8826, 3 nov. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69450-1-novembro-1971-418208-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 set. 2021.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. 18. ed. Campinas: Papirus, 2010.

FERREIRA, Heraldo Simões; SAMPAIO, José Jackson Coelho. Tendências e abordagens pedagógicas da Educação Física escolar e suas interfaces com a saúde. **EFDeportes — Revista Digital**, Buenos Aires, ano 18, n. 182, jul. 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd182/tendencias-pedagogicas-da-educacao-fisica-escolar.htm>. Acesso em: 9 set. 2021.

GONÇALVES, Nádia. A Doutrina de Segurança Nacional Desenvolvimento e a Lei 5.692/71. Discursos Governamentais e Implementação da Lei do Paraná. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA — ANPUH, 25., São Paulo, jul. 2011. **Anais...** São Paulo, jul. 2011. Disponível em: 1300650153\_ARQUIVO\_textoanpuh2011ngg.pdf Acesso em: 9 set. 2021.

HEBLING, Milene Cristina. **Memória e resistência**: os professores no contexto da ditadura civil – militar (1964-1985). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

HORTA, José Silvério Bahia. Estado e políticas educacionais na História da educação brasileira. In: SAVIANI, Dermeval. **Estado e políticas educacionais na História da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2011. (Horizontes da pesquisa na história da educação; n. 2).

JANUÁRIO, Paulo Clepard Silva; OLIVEIRA, André Luis de; GARCIA, Alessandro Barreta. Tendência tecnicista como continuidade da tendência tradicional na Educação Física brasileira. **EFDeportes — Revista Digital**, Buenos Aires, ano 17, n. 167, abr. 2012. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd167/tendencia-tecnicista-como-continuidade-da-tradicional.htm>. Acesso em: 9 set. 2021.

LEME, Renata Bento; BRABO, Tania Suely Antonelli Marcelino. Formação de professores: currículo mínimo e política educacional da ditadura civil-militar (1964-1985). **ORG & DEMO**, Marília, v. 20, n. 1, p. 83-98, jan./jun. 2019. DOI <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2019.v20n1.06.p83>

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100002>

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 9-20, jan. 2004. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/223/225>. Acesso em: 9 set. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Autores Associados Ltda, 2007.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano**: Investimentos em Educação e Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SILVA, Andréa Villela Mafra da. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 70, p. 197-209, dez. 2016. DOI <https://doi.org/10.20396/rho.v16i70.8644737>

SILVA, João Carlos. Utopia positivista e instrução pública no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 16, p. 10-16, dez. 2004. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4784/art2\\_16.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4784/art2_16.pdf). Acesso em: 9 set. 2021.

Recebido em: 19/05/2021

Parecer em: 10/08/2021

Aprovado em: 21/08/2021